



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	Pág. 04
1. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ	
1.1. Diretrizes de ação da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí	Pág. 05
1.2. Corregedores-Gerais e Corregedoras-Gerais Substitutas	Pág. 05
1.3. Atribuições	Pág. 05
1.4. Estrutura orgânica	Pág. 06
1.5. Estrutura de pessoal	
1.5.1. Membros auxiliares	Pág. 06
1.5.2. Servidores e estagiários	Pág. 06
1.5.3. Cargos e funções comissionadas	Pág. 06
2. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, DISCIPLINAR, CORREICIONAL E EXECUTIVA	
2.1. Atividade administrativa	Pág. 09
2.2. Atividade disciplinar	
2.2.1. Processos administrativo disciplinares, revisões de processos administrativos disciplinares, sindicâncias e pedidos de providências	Pág. 10
2.2.2. Processos arquivados e em tramitação	Pág. 10
2.3. Atividade correicional	
2.3.1. Inspeções e correições	Pág. 10
2.3.2. Inspeções	Pág. 11
2.3.3. Correições	Pág. 12
2.3.4. Acompanhamentos de estágio probatório	Pág. 14
2.4. Atividade executiva	
2.4.1. Atividades administrativas desenvolvidas pelos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público do Piauí	Pág. 16
2.4.2. Atividades da Procuradora-Geral de Justiça	



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

2.4.2.1. Atuação cível	Pág. 17
2.4.2.2. Atuação criminal	Pág. 17
2.4.3. Atividades dos Procuradores de Justiça	
2.4.3.1. Atuação cível	Pág. 18
2.4.3.2. Atuação criminal	Pág. 18
2.4.4. Atividades dos Promotores de Justiça	
2.4.4.1. Atuação Cível	Pág. 18
2.4.4.2. Atuação Criminal	Pág. 25
2.4.4.3. Atuação perante os Juizados Especiais Cíveis e Criminais	Pág.31
2.4.4.4. Acompanhamento da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública/ENASP – Meta 2	Pág. 32
2.4.5. Atividades desenvolvidas pelos Centros de Apoio Operacional	Pág. 31
2.4.5.1. Atuação dos Centros de Apoio Operacional	Pág. 33
2.4.5.2. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente/CAODMA	Pág. 35
2.4.5.3. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania e da Saúde/CAODCS	Pág. 35
2.4.5.4. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso/CAODPDI	Pág. 36
2.4.5.5. Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público/CACOP	Pág. 37
2.4.5.6. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude/CAODIJ	Pág. 38
2.4.5.7. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais/CAOCRIM	Pág. 38
2.4.6. Atividades desenvolvidas pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor e do Ministério Público do Estado do Piauí/PROCON.....	Pág. 39
3. REUNIÕES, VISITAS E PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS	Pág. 40



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

**4. PARTICIPAÇÕES EM SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES
DE JUSTIÇA E DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO PIAUÍ**

4.1. Reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça Pág. 41

4.2. Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público Pág. 42

CONSIDERAÇÕES FINAIS Pág. 43

ANEXOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

APRESENTAÇÃO

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, cumprindo o disposto no art. 25, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, apresenta o RELATÓRIO DE ATIVIDADES do ano de 2011.

Este relatório tem por objetivo demonstrar os dados estatísticos acerca das atividades funcionais realizadas pelo *Parquet* piauiense, no decorrer do ano de 2011, indicadas nos Relatórios de Atividades mensalmente apresentados à Corregedoria Geral pelos Promotores e Procuradores de Justiça, Centros de Apoio Operacional/CAO's e Programa de Proteção e Defesa do Consumidor e do Ministério Público do Estado do Piauí/PROCON, até o dia 16.01.2012.

Além disso, neste trabalho são apresentadas a composição da Corregedoria-Geral, as atividades desenvolvidas em razão da previsão legal, bem como aquelas advindas do exercício do cargo.

Além da obediência legal, este Relatório tem o propósito de exercitar a transparência nas atividades institucionais, demonstrando à sociedade as realizações do Ministério Público do Estado de Piauí no ano de 2011.

Teresina (PI), 16 de janeiro de 2012.

ROSANGELA DE FÁTIMA LOUREIRO MENDES
Corregedora-Geral do Ministério Público do Piauí



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ CORREGEDORIA-GERAL

1. CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ

1.1. Diretrizes de ação da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí

A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí vem seguindo as metas administrativas traçadas anualmente, buscando aprimorar, cada vez mais, as ações que visam orientar e fiscalizar as atividades desenvolvidas pelos membros do Ministério Público Estadual.

1.2. Corregedores-Gerais e Corregedoras-Gerais Substitutas

O exercício da função de Corregedor-Geral do Ministério Público do Piauí, até o dia 12 de maio de 2011, competiu ao **Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares**, oportunidade em que foi nomeada para o cargo a **Dr.^a Rosângela de Fátima Loureiro Mendes**, eleita, por unanimidade, em 12 de abril de 2011, na Sessão Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça para o biênio 2011-2013. A **Dr.^a Rosângela de Fátima Loureiro Mendes** exercia o cargo de Corregedora-Geral Substituta no biênio anterior e, para o biênio atual, foi indicada e nomeada a **Dr.^a Teresinha de Jesus Moura Borges Campos**.

1.3. Atribuições

Segundo art. 25 da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993/Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí, são atribuições da Corregedoria-Geral:

- realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça;
- realizar inspeções e correições ordinárias, mensalmente, em pelo menos uma Promotoria da Capital e duas no interior, observando a regularidade do serviço, o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ CORREGEDORIA-GERAL

zelo, a eficiência e assiduidade dos membros do Ministério Público, remetendo relatório reservado ao Conselho Superior do Ministério Público;

- realizar correição extraordinária, por determinação do Procurador Geral de Justiça ou por proposta do Conselho Superior do Ministério Público, sempre que necessário;

- propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma desta lei, o não vitaliciamento de membros do Ministério Público;

- instaurar, de ofício ou por provocação de órgão da Administração Superior do Ministério Público, sindicância ou processo disciplinar contra membro da Instituição, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, na forma desta lei;

- encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que, na forma desta lei, incumba a este decidir;

- remeter aos demais órgãos da administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

- superintender a organização dos assentamentos relativos às atividades funcionais e à conduta dos membros do Ministério Público, coligindo os elementos indispensáveis à apreciação do seu merecimento;

- opinar, obrigatoriamente, nos casos de promoção e remoção dos membros do Ministério Público, tanto pelo critério de antiguidade como por merecimento e, quando solicitado, nos casos de substituições, diárias, licenças e férias;

- apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de janeiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior.

1.4. Estrutura orgânica

O Ato PGJ nº 183, de 03.12.2010, que dispõe sobre a organização e a estrutura básica dos serviços auxiliares e de apoio técnico aos órgãos do



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ CORREGEDORIA-GERAL

Ministério Público do Estado do Piauí, no art. 20, prevê as seguintes unidades administrativas na Corregedoria-Geral:

- uma Divisão, comandada por 01 (um) Chefe de Divisão (CC-04);
- uma Secretaria de Apoio ao Corregedor-Geral, conduzida por 01 (um) Secretário do Corregedor (CC-05);
- uma Secretaria de Apoio aos Assessores do Corregedor-Geral, conduzida por 01 (um) Secretário do Corregedor (CC-05);
- uma Coordenadoria de Orçamento e Finanças, chefiada por 01 (um) Coordenador Técnico (CC-09); e
- uma Coordenadoria de Controle Disciplinar, chefiada por 01 (um) Coordenador Técnico (CC-09).

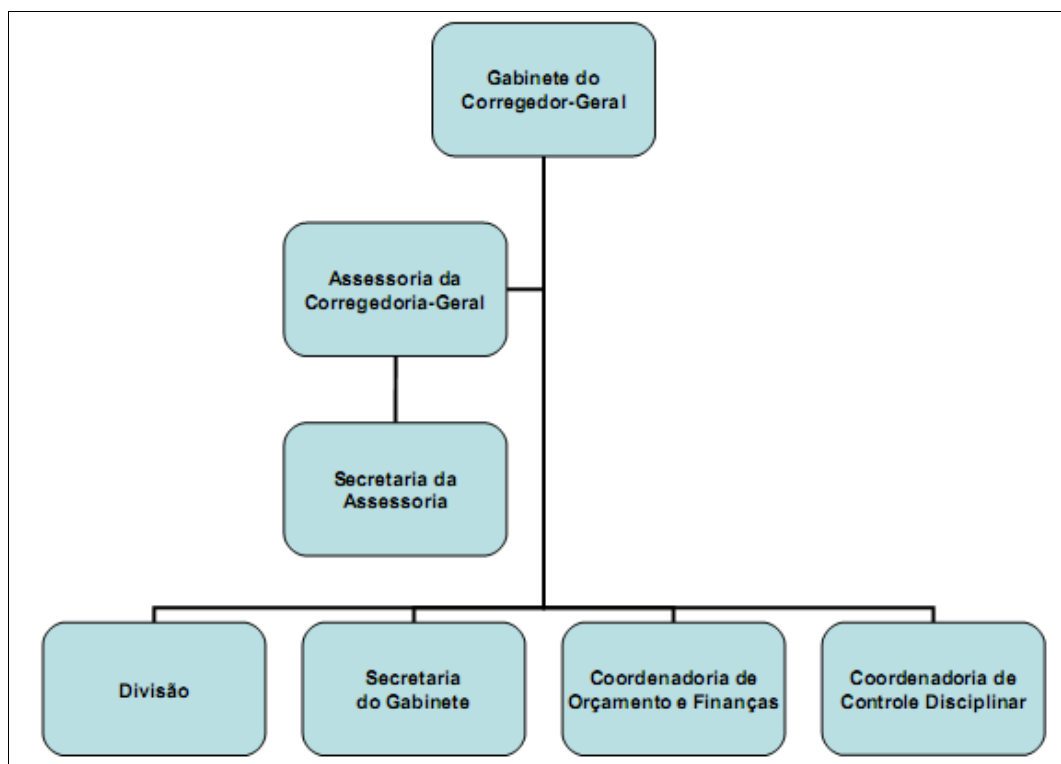


Gráfico 01 – Organograma da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Piauí.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

A Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí, no art. 27, prevê que o Corregedor-Geral do Ministério Público será assessorado por 03 (três) Promotores de Justiça.

1.5. Estrutura de pessoal

1.5.1. Membros auxiliares

Durante o ano de 2011, exerceram o cargo de assessor da Corregedora-Geral, os seguintes Promotores de Justiça:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	Nº PORTARIA	DATA
Hugo de Sousa Cardoso	1268	19/11/10
Cynara Barbosa de Oliveira Santos	1269	19/11/10
Ana Lúcia Soares de Sousa Almeida	1270	19/11/10
Maria das Graças do Monte Teixeira	1363	01/12/10

Tabela 01 – Promotores de Justiça assessores da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

1.5.2. Servidores e estagiários

NOME	CARGO	QUANTIDADE
Leila Alves de Sousa Macêdo	Técnica ministerial	1
Maria da Conceição Uchôa Freira	Telefonista	1
Ana Angélica L. Brandão	Estagiária	1
TOTAL		3

Tabela 02 – Servidores e estagiários da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

1.5.3. Cargos e funções comissionadas

Em 2011, na Corregedoria-Geral do Ministério Público estiveram lotadas as seguintes servidoras:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

CARGO	Nº PORTARIA	OCUPANTE
Chefe de Divisão	761/2011	Alice Cristina C. Fernandes
Secretária de Apoio ao Corregedor-Geral	762/2011	Frinéia Fátima de Castro Passos Matos
Secretária de Apoio aos Assessores do Corregedor-Geral	145/2011	Osmarina Barros Miranda de Carvalho
Coordenadora de Orçamento e Finanças	758/2011	Luzia Augusta de Oliveira
Coordenadora de Controle Disciplinar	759/2011	Giordana Maria Costa Brandão
TOTAL		

Tabela 03 – Ocupantes de cargos e funções da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA, DISCIPLINAR, CORREICIONAL E EXECUTIVA

2.1. Atividade administrativa

No desempenho das funções administrativas, a Corregedoria-Geral do Ministério Público apresentou a seguinte produtividade:

TIPO DE EXPEDIENTE	QUANTIDADE
Ofícios expedidos	1378
Ofícios remetidos	325
Ofícios-circulares expedidos	8
Portarias expedidas	118

Tabela 04 – Quantitativo de expedientes administrativos da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.2. Atividade disciplinar



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

2.2.1. Processos administrativos disciplinares, revisões de processos administrativos disciplinares, sindicâncias e pedidos de providências

No decorrer do ano de 2011 foram instaurados procedimentos administrativos (processo administrativo disciplinar, sindicância e pedido de providência) para averiguar possíveis faltas disciplinares de membros do Ministério Público:

TIPOS DE PROCEDIMENTOS AUTUADOS	QUANTIDADE	%
Processos Administrativos Disciplinares/PAD	11	14,3
Revisão de Processo Disciplinar	0	0
Sindicâncias	18	23,4
Pedidos de providências	48	62,3
TOTAL	77	100

Tabela 05 – Quantitativo de processos disciplinares autuados na Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.2.2. Processos arquivados e em tramitação

PROCESSOS	QUANTIDADE	%
Arquivados	42	54,55
Em tramitação	35	45,45
TOTAL	77	100

Tabela 06 – Quantitativo de processos disciplinares na Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.3. Atividade correcional

2.3.1. Inspeções e correições

Em observância ao disposto no art. 25, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 12/93 e da Resolução nº 43, de 16 de junho de 2009,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

do Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP, que instituiu a obrigatoriedade da realização periódica de inspeções e correições no âmbito dos Ministérios Públicos, foi expedida a Portaria nº 81/2010-CGMP/PI, de 1º/12/2010, dispondo sobre o calendário de correições ordinárias e inspeções nas Procuradorias e Promotorias de Justiça do Estado do Piauí.

Todos os relatórios das inspeções e correições foram levados à apreciação e homologados pelo Colégio de Procuradores de Justiça e Conselho Superior do Ministério Público, respectivamente.

As visitas realizadas nas Procuradorias e Promotorias de Justiça propiciaram um diagnóstico real do trabalho desenvolvido pelos membros do Ministério Público. Ao final, observou-se que a falta de estrutura, aliada à carência de pessoal para auxílio aos membros do *Parquet* Estadual, ocasiona prejuízos incalculáveis à Instituição e à comunidade.

Ao longo do ano, foram realizadas as seguintes inspeções e correições:

TIPOS DE PROCEDIMENTOS	QUANTIDADE	%
Inspeções	19	35,85
Correições ordinárias	34	64,15
Correições extraordinárias	0	0
TOTAL	53	100

Tabela 07 – Quantitativo das atividades correcionais da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.3.2. Inspeções

SEQUÊNCIA	DATA	ÓRGÃO
------------------	-------------	--------------



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

Nº 001/2011	28/02/11	3ª Promotoria de Justiça de Teresina
Nº 002/2011	17/03/11	Promotoria de Justiça de Beneditinos
Nº 003/2011	14/04/11	44ª Promotoria de Justiça de Teresina
Nº 004/2011	05/04/11	1ª Promotoria de Justiça de Parnaíba
Nº 005/2011	23/08/11	Promotoria de Justiça de Cristalândia
Nº 006/2011	24/08/11	Promotoria de Justiça de Gilbués
Nº 007/2011	20/07/11	Procuradoria de Justiça – Dr. Francisco das Chagas da Costa Neves
Nº 008/2011	20/07/11	Procuradoria de Justiça – Dr. Antônio Ivan e Silva
Nº 009/2011	20/07/11	Procuradoria de Justiça – Dr. ^a Martha Celina de Oliveira Nunes
Nº 010/2011	20/07/11	Procuradoria de Justiça – Dr. Hilo de Almeida
Nº 011/2011	20/07/11	Procuradoria de Justiça – Dr. ^a Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando
Nº 012/2011	20/07/11	Procuradoria de Justiça – Dr. ^a Lenir Gomes dos Santos Galvão
Nº 013/2011	22/11/11	17ª Promotoria de Justiça de Teresina
Nº 014/2011	23/11/11	21ª Promotoria de Justiça de Teresina
Nº 015/2011	24/11/11	23ª Promotoria de Justiça de Teresina
Nº 016/2011	25/11/11	15ª Promotoria de Justiça de Teresina
Nº 017/2011	28/11/11	28ª Promotoria de Justiça de Teresina
Nº 018/2011	29/11/11	7ª Promotoria de Justiça de Teresina
Nº 019/2011	30/11/11	29ª Promotoria de Justiça de Teresina

Tabela 08 – Inspeções realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.3.3. Correições

SEQUÊNCIA	DATA	ÓRGÃO
001	25/01/11	1ª Promotoria de Justiça de José de Freitas
002	25/01/11	2ª Promotoria de Justiça de José de Freitas
003	26/01/11	Promotoria de Justiça de União
004	27/01/11	Promotoria de Justiça de Miguel Alves
005	26/01/11	31ª Promotoria de Justiça de Teresina
006	28/01/11	38ª Promotoria de Justiça de Teresina
007	23/02/11	Promotoria de Justiça de Barro Duro
008	24/02/11	Promotoria de Justiça de Elesbão Veloso
009	06/04/11	5ª Promotoria de Justiça de Parnaíba



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL

010	05/04/11	6ª Promotoria de Justiça de Parnaíba
011	05/04/11	7ª Promotoria de Justiça de Parnaíba
012	13/04/11	46ª Promotoria de Justiça de Teresina
013	22/08/11	1ª Promotoria de Justiça de Corrente
014	22/08/11	2ª Promotoria de Justiça de Corrente
015	25/08/11	2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus
016	25/08/11	1ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus
017	23/08/11	Promotoria de Justiça de Monte Alegre
018	24/08/11	Promotoria de Justiça de Redenção do Gurgueia
019	22/09/11	Promotoria de Justiça de Joaquim Pires
020	23/09/11	Promotoria de Justiça de Matias Olímpio
021	21/09/11	Promotoria de Justiça de Esperantina
022	27/09/11	Promotoria de Justiça de Jerumenha
023	28/09/11	Promotoria de Justiça de Guadalupe
024	29/09/11	Promotoria de Justiça de Uruçuí
028	01/12/11	42ª Promotoria de Justiça de Teresina
029	02/12/11	12ª Promotoria de Justiça de Teresina
030	05/12/11	22ª Promotoria de Justiça de Teresina
031	06/12/11	45ª Promotoria de Justiça de Teresina
032	06/12/11	11ª Promotoria de Justiça de Teresina
033	07/12/11	19ª Promotoria de Justiça de Teresina
034	07/12/11	26ª Promotoria de Justiça de Teresina

Tabela 09 – Correições ordinárias realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

Apesar do agendamento, não foi realizada a inspeção na 25ª Promotoria de Justiça e as seguintes correições ordinárias:

SEQUÊNCIA	ÓRGÃO
1	Promotoria de Justiça de Simplício Mendes
2	Promotoria de Justiça de Conceição do Canindé
3	Promotoria de Justiça de Campinas do Piauí
4	Promotoria de Justiça de São Félix
5	30ª Promotoria de Justiça de Teresina
6	1ª e 2ª Promotorias de Justiça de São Raimundo Nonato
7	Promotoria de Justiça de Caracol
8	Promotoria de Justiça de Paulista



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

9	Promotoria de Justiça de Itainópolis
10	Promotoria de Justiça de Isaías Coelho
11	1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Oeiras
12	Promotoria de Justiça de Arraial

Tabela 10 – Correições ordinárias agendadas e não realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

Ressalte-se que as correições não realizadas do calendário 2010/2011 foram incluídas no calendário de 2011/2012.

2.3.4. Acompanhamentos de estágios probatórios

QUANTIDADE	ENCERRADOS COM PROPOSTA DE VITALICIAMENTO	ENCERRADOS COM PROPOSTA DE NÃO VITALICIAMENTO	EM ANDAMENTO
2	2	0	0

Tabela 11 – Quantitativo de acompanhamentos de estágios probatórios pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.4. Atividade executiva

Na organização do Ministério Público do Estado do Piauí, Procuradores e Promotores de Justiça são considerados órgãos de execução, segundo art. 6º, incisos III e IV da Lei Complementar Estadual nº 12/93.

Os Procuradores de Justiça atuam em 2ª Instância junto aos diversos órgãos jurisdicionais do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, tais como, Tribunal Pleno; Conselho Superior da Magistratura; 1ª, 2ª e 3ª Câmaras Especializadas Cíveis; 1ª e 2ª Câmaras Especializadas Criminais; Câmaras Reunidas Cíveis e Câmaras Reunidas Criminais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

Na 1ª Instância, atuam os Promotores de Justiça, distribuídos em 03 Entrâncias: final, intermediária e inicial.

Em dezembro/2011, o Ministério Público do Piauí possuía a seguinte estrutura de membros:

ÓRGÃOS	CRIADAS	PROVIDAS	VAGAS
Procuradorias de Justiça	20	20	0
Promotorias de Justiça Finais	85	71	14
Promotorias de Justiça Intermediárias	58	53	4
Promotorias de Justiça Iniciais	40	11	29
Promotores de Justiça Substitutos	15	0	0
TOTAL	218	155	47

Tabela 12 – Quadro de membros do Ministério Público do Piauí. Fontes: Lei Complementar Estadual nº 140/2010 e Secretaria Geral – Dezembro/2011.

2.4.1. Atividades administrativas desenvolvidas pelos órgãos de execução e auxiliares do Ministério Público do Piauí

Ao longo de 2011, foram atendidas no Ministério Público do Estado do Piauí 22.892 pessoas.

TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
Atendimentos ao público – área administrativa	12500
Atendimentos pelos Centros de Apoio Operacional/CAO's	2029
Atendimentos pelo PROCON	2357
Atendimentos pelos Juizados Especiais	6006



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

Cíveis e Criminais	
TOTAL	22892

Tabela 13 – Quantitativo de atendimentos ao público e expedição de notificações pelo Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.4.2. Atividades da Procuradora-Geral de Justiça

O Ato PGJ nº 220/2011 revogou o Ato PGJ nº 31/2010, que delegava aos funções do Procurador-Geral de Justiça nos feitos em trâmite junto ao Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, de modo que, a partir de 01.07.2011, cessou a distribuição equitativa entre os Procuradores de Justiça desses feitos.

Destarte, seguem os dados da atuação criminal e cível da Procuradora-Geral de Justiça, auxiliada pela Assessoria Jurídica, no período de julho a dezembro/2011.

2.4.2.1. Atuação Criminal

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE
Denúncias	4
Manifestações sobre resposta à acusação	12
Pedido de diligências	22
Alegações finais	5
Requerimentos/manifestações	10
Pedidos de arquivamento de processo 1ª instância (CPP, art. 28)	32
Contrarrazões em embargos de declaração	2
Declarações de incompetência	8
TOTAL	95

Tabela 14 – Quantitativo da atuação criminal da Procuradora-Geral de Justiça, de julho a dezembro de 2011.

2.4.2.2. Atuação Cível

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE
-----------------------------	-------------------



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

Mandados de segurança (pareceres)	262
Conflitos de competência (pareceres)	25
Processos administrativos disciplinares – Juiz (parecer)	9
Precatórios/RPPV	22
Ações Rescisórias	5
Dissídios coletivos	6
Ações Diretas de Inconstitucionalidade	5
Outros	7
TOTAL	341

Tabela 15 – Quantitativo da atuação criminal da Procuradora-Geral de Justiça, de julho a dezembro de 2011.

2.4.3. Atividades dos Procuradores de Justiça

2.4.3.1. Atuação Criminal

TIPO DE PROCESSO	QUANTIDADE
Apelações criminais	942
Habeas corpus	1042
Recursos em sentido estrito	730
Razões de apelação	3
Razões de recurso em sentido estrito	2
Contrarrazões de apelação	16
Contrarrazões de recurso em sentido estrito	8
Embargos de declaração	45
Desaforamentos de julgamentos	3
Outros	178
TOTAL	2969

Tabela 16 – Quantitativo da atuação criminal, em 2º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.4.3.2. Atuação Cível

TIPO DE PROCESSO	QUANTIDADE
Apelações cíveis	2045



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

Agravos de instrumento	876
Apelações/reexames necessários	332
Embargos de declaração	4
Outros	1635
TOTAL	4892

Tabela 17 – Quantitativo da atuação cível, em 2º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.4.4. Atividades dos Promotores de Justiça

2.4.4.1. Atuação Cível

SEQUÊNCIA	CÍVEL (GERAL)	QUANTIDADE
1	Ações ajuizadas	1822
2	Ações civis públicas ajuizadas	230
3	Participações em audiências	5325
4	Recursos interpostos	31
5	Razões de recursos	30
6	Contrarrazões de recursos	57
7	Outros recursos	158
8	Pareceres em ação de busca e apreensão	55
9	Pareceres em ação de usucapião	384
10	Pareceres em ação de manutenção de posse	34
11	Pareceres em ação de reintegração de posse	26
12	Pareceres em ação revisional	65
13	Pareceres em ação cautelar	25
14	Pareceres em ação declaratória	109
15	Pareceres em pedido de alvará	1066
16	Pareceres em habilitação de crédito	23
17	Pareceres em pedido de prestação de contas	7
18	Pareceres em ação falimentar	19
19	Pareceres em ação de reparação de danos	57
20	Pareceres em justificação judicial	182



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

21	Pareceres em mandado de segurança	317
22	Pareceres em pedido de concordata	2
23	Outros pareceres	4296
TOTAL		14320

Tabela 18 – Quantitativo da atuação cível (geral), em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUÊNCIA	CÍVEL (GERAL)	QUANTIDADE
1	Processos à espera de manifestação do MP	904
2	Processos cíveis em andamento em 1º grau	63445

Tabela 19 – Quantitativo de processos à espera de manifestação do MP/PI e em andamento em 1º grau, em dezembro/2011.

SEQUÊNCIA	CÍVEL (FAMÍLIA E SUCESSÕES)	QUANTIDADE
1	Pareceres em ação de alimentos	2376
2	Pareceres em ação declaratória	294
3	Pareceres em ação cautelar	101
4	Pareceres em conversão de separação em divórcio	400
5	Pareceres em dissolução de sociedade de fato	297
6	Pareceres em divórcio	2166
7	Pareceres em execução de alimentos	785
8	Pareceres em habilitação de casamento	6584
9	Pareceres em investigação de paternidade	1027
10	Pareceres em justificação de concubinato	136
11	Pareceres em justificação de dependência	130
12	Pareceres em redução/majoração de pensão alimentícia	313
13	Pareceres em separação judicial consensual	189
14	Pareceres em separação judicial litigiosa	195
15	Pareceres em suprimento de idade	84
16	Pareceres em tutela antecipada	97
17	Pareceres em alvará para liberação de verba	671



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

18	Pareceres em alvará para venda de bens	66
19	Pareceres em alvará (outros)	388
20	Pareceres em arrolamento	78
21	Pareceres em cumprimento de testamento	35
22	Pareceres em inventário	277
23	Pareceres em retificação de formal de partilha	17
24	Pareceres em retificação	521
25	Outros pareceres	2916
TOTAL		20143

Tabela 20 – Quantitativo da atuação cível (família e sucessões), em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUÊNCIA	CÍVEL (REGISTROS PÚBLICOS)	QUANTIDADE
1	Pareceres em pedido de alteração de estatuto de fundação	3
2	Pareceres em pedido de prestação de contas	12
3	Pareceres em pedido de registro de estatuto de fundação	3
4	Pareceres em anulação de registro civil	138
5	Pareceres em averbação de registro civil	136
6	Pareceres em declaração de dúvida	32
7	Pareceres em pedido de registro de nascimento	452
8	Pareceres em pedido de registro de imóveis	112
9	Pareceres em pedido de registro de óbito	560
10	Pareceres em retificação de registro civil	913
11	Pareceres em retificação de registro de imóveis	111
12	Pareceres em unificação de matrícula	44
13	Outros pareceres	670
TOTAL		3186

Tabela 21 – Quantitativo da atuação cível (registros públicos), em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

SEQUÊNCIA	CÍVEL (FAZENDA PÚBLICA)	QUANTIDADE
1	Anulatórias de débito fiscal	7
2	Pareceres em ação anulatória	16
3	Pareceres em ação cautelar	23
4	Pareceres em ação declaratória	38
5	Pareceres em ação de indenização	84
6	Pareceres em ação ordinária	354
7	Pareceres em ação popular	17
8	Pareceres em ação de reintegração de posse	8
9	Pareceres em ação revisional	34
10	Pareceres em pedido de alvará	36
11	Pareceres em desapropriação	69
12	Pareceres em <i>habeas data</i>	1
13	Pareceres em mandado de segurança	559
14	Pareceres em reparação de danos	34
15	Pareceres em repetição de indébito	1
16	Outros pareceres	422
TOTAL		1703

Tabela 22 – Quantitativo da atuação cível (Fazenda Pública), em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUÊNCIA	INFÂNCIA E JUVENTUDE (CÍVEL)	QUANTIDADE
1	Ajuizamentos de ações civis públicas	22
2	Ajuizamentos de ações para apuração de infração administrativa	3
3	Ajuizamentos de ações para destituição/suspensão de poder familiar	5
4	Ajuizamentos de outras ações	1281
5	Pareceres em adoção	565
6	Pareceres em ação de alimentos	733
7	Pareceres em alvará	166
8	Pareceres em destituição de pátrio poder	42



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

9	Pareceres em destituição de pátrio poder	9
10	Pareceres em guarda	791
11	Pareceres em procedimento administrativo	325
12	Pareceres em tutela	171
13	Outros pareceres	1071
14	Outras providências	904
15	Visitas a unidades de atendimento socioeducativo	34
TOTAL		6122

Tabela 23 – Quantitativo da atuação na área da infância e juventude (cível), em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUÊNCIA	EXECUÇÃO FISCAL	QUANTIDADE
1	Pareceres em ação de execução fiscal	8
2	Pareceres em ação de embargos à execução	0
3	Pareceres em ação de embargos de terceiro	0
4	Pareceres em ação de embargos com exceção de pré-executividade	0
5	Pareceres em ação de repetição de indébito	0
6	Pareceres em ação anulatória de débito fiscal	0
7	Pareceres diversos	2
8	Recursos interpostos	0
9	Contrarrazões de recursos	0
10	Ciências de sentenças e/ou despachos	11
TOTAL		21

Tabela 24 – Quantitativo da atuação na área de execução fiscal, em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUENCIA	INQUÉRITO CIVIL/PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO	QUANTIDADE
1	Improbidade administrativa	224
2	Meio ambiente e urbanismo	131
3	Infância e juventude	130



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

4	Saúde	70
5	Consumidor	31
6	Educação	37
7	Pessoa portadora de deficiência	89
8	Idoso	59
9	Conflito agrário	6
10	Questão indígena	1
11	Outros	116
TOTAL		894

Tabela 25 – Quantitativo da instauração de inquéritos civis e procedimentos preparatórios no Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUENCIA	ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL/PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO (SEM ACORDO)	QUANTIDADE
1	Improbidade administrativa	32
2	Meio ambiente e urbanismo	3
3	Infância e juventude	7
4	Saúde	6
5	Consumidor	16
6	Educação	7
7	Pessoa portadora de deficiência	13
8	Idoso	5
9	Conflito agrário	5
10	Questão indígena	0
11	Outros	37
TOTAL		131

Tabela 26 – Quantitativo de arquivamentos de inquéritos civis e procedimentos preparatórios no Ministério Público do Piauí, em 2011, sem celebração de compromisso de ajustamento de conduta.

SEQUENCIA	ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO CIVIL/PROCEDIMENTO	QUANTIDADE
------------------	-----------------------------------------------------	-------------------



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

	PREPARATÓRIO (COM ACORDO)	
1	Improbidade administrativa	13
2	Meio ambiente e urbanismo	21
3	Infância e juventude	10
4	Saúde	8
5	Consumidor	10
6	Educação	11
7	Pessoa portadora de deficiência	42
8	Idoso	44
9	Conflito agrário	2
10	Questão indígena	1
11	Outros	41
TOTAL		203

Tabela 27 – Quantitativo de arquivamentos de inquéritos civis e procedimentos preparatórios no Ministério Público do Piauí, em 2011, com celebração de compromisso de ajustamento de conduta.

2.4.4.2. Atuação Criminal

SEQUÊNCIA	INFÂNCIA E JUVENTUDE	QUANTIDADE
1	Oitiva informal de adolescentes	552
2	Pedidos de arquivamento de procedimento	52
3	Pedidos de instauração de procedimento policial para apurar ato infracional	29
4	Pedidos de diligências em atos investigatórios policiais	40
5	Procedimentos instaurados para apurar ato infracional	21
6	Remissões concedidas	263
7	Representações oferecidas	409
8	Visitas inspecionais	39
9	Outros pareceres	1606



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

TOTAL		3011
--------------	--	-------------

Tabela 28 – Quantitativo da atuação na área da infância e juventude (criminal), em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUÊNCIA	EXECUÇÃO FISCAL E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA – LEI Nº 8.137/90	QUANTIDADE
1	Denúncias oferecidas	2
2	Audiências assistidas	2
3	Requisições de diligências em inquérito policial	0
4	Requisições de diligências em procedimentos administrativos	0
5	Requisições de inquérito policial	0
6	Pedidos de arquivamento de inquérito policial	0
7	Pedidos de arquivamento de procedimentos administrativos	0
8	Pareceres em pedido de relaxamento de prisão	1
9	Precatórios	0
10	Alegações finais	0
11	Recursos de apelação interposto	0
12	Contrarrazões de apelação	0
13	Pareceres diversos	0
TOTAL		5

Tabela 29 – Quantitativo da atuação na área de execução fiscal e crimes contra a ordem tributária, em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUÊNCIA	CRIMINAL (GERAL)	QUANTIDADE
1	Inquéritos policiais devolvidos com pedidos de diligências	1408
2	Requisições de inquéritos policiais	418
3	Denúncias oferecidas	3433
4	Denúncias admitidas	64



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

5	Réplicas à defesa preliminar	254
6	Alegações finais (escritas)	1134
7	Alegações finais (orais)	370
8	Participações em audiências de interrogatório	1300
9	Participações em audiências	4715
10	Recursos interpostos	132
11	Razões de recursos	116
12	Contrarrazões de recursos	303
13	Outros recursos	175
14	Pareceres em decretação de prisão temporária/preventiva	283
15	Pareceres em extinção da punibilidade	840
16	Pareceres em exceção	14
17	Pareceres em incidente de insanidade mental	58
18	Pareceres em liberdade provisória	957
19	Pareceres em relaxamento de prisão	710
20	Pareceres/requerimentos medida de segurança	14
21	Requerimentos de prisões preventivas/temporárias	175
22	Arguição de nulidade	7
23	Outros pareceres	3336
TOTAL		20216

Tabela 30 – Quantitativo da atuação na área criminal (geral), em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUÊNCIA	EXECUÇÃO PENAL	QUANTIDADE
1	Pareceres em <i>sursis</i>	31
2	Pareceres em anistia	1
3	Pareceres em conversão de pena	37
4	Pareceres em extinção de punibilidade	281
5	Pareceres em graça/indulto	44



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

6	Pareceres em livramento condicional	185
7	Pareceres em medida de segurança	17
8	Pareceres em prisão domiciliar	23
9	Pareceres em saída temporária	252
10	Pareceres em soma/unificação de pena	23
11	Pareceres em suspensão condicional da pena	55
12	Pareceres em trabalho externo	44
13	Pareceres em transferência de preso	58
14	Pareceres em progressão/regressão de regime	305
15	Visitas aos presídios	105
16	Outros pareceres	398
TOTAL		1859

Tabela 31 – Quantitativo da atuação na área da execução penal, em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUÊNCIA	CRIMINAL (GERAL)	QUANTIDADE
1	Processos criminais em andamento em 1º grau	53308
2	Processos de execução criminal em andamento	7176
3	Processos à espera de manifestação do MP	1043
4	Réus absolvidos pelo Juiz Singular	143
5	Réus condenados pelo Juiz Singular	283

Tabela 32 – Quantitativo de processos criminais em andamento no 1º grau, de processos à espera de manifestação do MP, de réus absolvidos e condenados pelo Juiz Singular, em dezembro/2011.

SEQUÊNCIA	TRIBUNAL DO JÚRI	QUANTIDADE
1	Inquéritos policiais recebidos	555
2	Inquéritos policiais devolvidos com denúncia	160
3	Inquéritos policiais devolvidos com pedido de arquivamento	38
4	Inquéritos policiais devolvidos com pedido de extinção de punibilidade	4
5	Inquéritos policiais devolvidos com pedido de	234



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

	diligências	
6	Requisições de inquéritos policiais	10
7	Denúncias oferecidas	224
8	Denúncias aditadas	18
9	Réplicas à defesa preliminar	140
10	Pareceres em decretação de prisão temporária/preventiva	46
11	Pareceres em extinção de punibilidade	37
12	Pareceres em incidente de sanidade mental	8
13	Pareceres em liberdade provisória	67
14	Pareceres em relaxamento de prisão	57
15	Pareceres/requerimentos de medida de segurança	1
16	Pedidos em decretação de prisão preventiva/temporária	26
15	Alegações finais (escritas)	147
16	Alegações finais (orais)	40
17	Participações em audiência de interrogatório	115
18	Participações em audiências	291
19	Outros	137
20	Recursos interpostos	23
21	Contrarrazões de recursos	89
22	Outros recursos	7
TOTAL		2474

Tabela 33 – Quantitativo da atuação na área do Tribunal do Júri, em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

SEQUÊNCIA	TRIBUNAL DO JÚRI	QUANTIDADE
1	Processos de júri em tramitação	822
2	Pessoas denunciadas	171
3	Pessoas condenadas	35



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

4	Processos à espera de manifestação do MP	93
5	Plenários previstos	98
6	Plenários realizados	100
7	Réus absolvidos	35
8	Réus condenados	67

Tabela 34 – Quantitativo de processos e situação dos réus nos processos relativos ao Tribunal do Júri, em dezembro de 2011.

2.4.4.3. Atuação perante os Juizados Especiais Cíveis e Criminais

SEQUÊNCIA	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS	QUANTIDADE
1	Audiências públicas realizadas	404
2	Acordos extrajudiciais referendados	476
3	TCO's devolvidos à Delegacia de origem	308
4	Pedidos de diligências	593
5	Participação em audiências preliminares	4143
6	Transações penais ofertadas	2131
7	Pedidos de desconstituição de transação penal	11
8	Participações em audiências de instrução e julgamento	337
9	Debates orais	124
10	Suspensões condicionais dos processos ofertadas	191
11	Pedidos de revogação de suspensão condicional do processo	8
12	Remessas de processo crime ao juízo penal comum	127
13	Pareceres criminais	3266
14	Extinção de punibilidade pela decadência	625
15	Extinção de punibilidade pela retratação	83



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

16	Extinção de punibilidade pela renúncia	391
17	Pareceres cíveis	1000
18	Requisições	146
19	Notificações expedidas	572
20	Interposição de recurso	1
21	Razões/Contrarrazões	5
22	Outros	2001
TOTAL		16943

Tabela 35 – Quantitativo da atuação perante os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, em 1º grau, do Ministério Público do Piauí, em 2011.

2.4.4.4. Acompanhamento da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública/ENASP – META 2

SEQUÊNCIA	INQUÉRITOS	QUANTIDADE
1	Finalizados	108
2	Com oferecimento de denúncia	290
3	Com pedido de arquivamento	10
4	Com desclassificação	0
5	Em tramitação	3
6	Em tramitação, com pedidos de diligências	25
TOTAL		436

Tabela 36 – Quantitativo da atuação no ENASP, em 2011.

2.4.5. Atividades desenvolvidas pelos Centros de Apoio Operacional e PROCON

2.4.5.1. Atuação dos Centros de Apoio Operacional

A Resolução nº 08, de 06 de dezembro de 2010 do Colégio de Procuradores de Justiça reestruturou e renomeou os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Piauí, órgãos auxiliares da atuação dos membros da Instituição:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

- a) Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente/CAODMA;
- b) Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania e da Saúde/CAODCS;
- c) Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa com Deficiência e do Idoso/CAODPDI;
- d) Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público/CACOP;
- e) Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude/CAODIJ; e
- f) Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais/CAOCRIM.

No ano de 2011, esses órgãos prestaram auxílio aos órgãos de Ministério Público do Piauí:

TIPO DE AUXÍLIO	QUANTIDADE
Solicitações dos órgãos de execução (1º e 2º graus)	790
Auxílios aos órgãos de 2º grau	281
Elaborações de peças processuais	512
Elaborações de compromissos de ajustamento de conduta	31
Elaborações de recomendações	32
Elaborações de outros atos	590
Remessas de subsídios doutrinários, legislativos ou jurisprudenciais	1232
Remessas de relatórios de auditorias, inspeções, autos de infrações e outros	430
Repases de representações oriundas	182



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

de atendimentos aos público	
Repastes de notícias veiculadas nos jornais e outros meios de comunicações, em áreas afetas à atuação	77
TOTAL	4157

Tabela 37 – Quantitativo do auxílio dos CAO's aos órgãos de execução, em 2011.

Os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional também participaram e organizaram eventos, ao longo de 2011:

TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
Palestras ministradas	25
Participações em reuniões	300
Participações em audiências públicas	25
Participações em seminários, congressos, palestras e outros	91
Realizações de seminários, reuniões de trabalho e encontros jurídicos	43
TOTAL	484

Tabela 38 – Quantitativo de participações/organizações em eventos pelos CAO's, em 2011.

Na atividade administrativa, esses Centros de Apoio Operacional remeteram e receberam correspondências:

TIPO DE CORRESPONDÊNCIA	QUANTIDADE
Expedições de ofícios, memorandos, e-mails e outros	16826
Recebimentos de ofícios, memorandos, e-mails e outros	2371

Tabela 39 – Quantitativo de correspondências remetidas/recebidas pelos CAO's, em 2011.

2.4.5.2. Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

SEQUÊNCIA	TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
1	Ajuizamento de ação civil pública	4
2	Ajuizamento de ação de obrigação de fazer	2
3	Celebração de compromisso de ajustamento de conduta	32
4	Audiência realizadas, incluindo audiência públicas	40
5	Reuniões com entidades	26
6	Inquérito civis instaurados	3
7	Notificações expedidas	137
8	Comunicação de procedimentos	3
9	Despachos	17
10	Pareceres administrativos/cotas	8
11	Processos administrativos	19
12	Recomendações	11
13	Inspeções	1
14	Outros	24
TOTAL		327

Tabela 40 – Quantitativo da atuação do CAO de Defesa do Meio Ambiente, em 2011.

2.4.4.3. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania e da Saúde

SEQUÊNCIA	TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
1	Ajuizamento de ação civil pública	22
2	Ajuizamento de ação de obrigação de fazer	2
3	Celebração de compromisso de ajustamento de conduta	6
4	Audiência realizadas, incluindo audiência públicas	75
5	Reuniões com entidades	20
6	Inquérito civis instaurados	26
7	Notificações expedidas	90
8	Comunicação de procedimentos	1



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

9	Despachos	59
10	Pareceres administrativos/cotas	74
11	Processos administrativos	155
12	Manifestação processos (ações em tramitação)	17
13	Recomendações	7
14	Inspeções	4
15	Outros	35
TOTAL		593

Tabela 41 – Quantitativo da atuação do CAO de Defesa da Cidadania e da Saúde, em 2011.

2.4.5.4. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso

SEQUÊNCIA	TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
1	Ajuizamento de ação civil pública	2
2	Ajuizamento de ação de obrigação de fazer	0
3	Celebração de compromisso de ajustamento de conduta	68
4	Audiências realizadas, incluindo audiências públicas	112
5	Reuniões com entidades	5
6	Inquérito civis instaurados	0
7	Notificações expedidas	268
8	Comunicação de procedimentos	0
9	Despachos	111
10	Pareceres administrativos/cotas	68
11	Processos administrativos	117
12	Manifestação processos (ações em tramitação)	0
13	Recomendações	12
14	Inspeções	1
15	Outros	95



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

TOTAL		859
--------------	--	------------

Tabela 42 – Quantitativo da atuação do CAO de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência e do Idoso, em 2011.

2.4.5.5. Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público

SEQUÊNCIA	TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
1	Ajuizamento de ação civil pública	9
2	Ajuizamento de ação de obrigação de fazer	0
3	Celebração de compromisso de ajustamento de conduta	0
4	Audiência realizadas, incluindo audiência públicas	24
5	Reuniões com entidades	1
6	Inquérito civis instaurados	0
7	Notificações expedidas	21
8	Comunicação de procedimentos	0
9	Despachos	5
10	Pareceres administrativos/cotas	0
11	Processos administrativos	3
12	Manifestação processos (ações em tramitação)	3
13	Recomendações	3
14	Inspeções	0
15	Outros	11
TOTAL		80

Tabela 43 – Quantitativo da atuação do CAO de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público, em 2011.

2.4.5.6. Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude

SEQUÊNCIA	TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
1	Ajuizamento de ação civil pública	1
2	Ajuizamento de ação de obrigação de fazer	3



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

3	Celebração de compromisso de ajustamento de conduta	0
4	Audiências realizadas, incluindo audiências públicas	31
5	Reuniões com entidades	46
6	Inquérito civis instaurados	0
7	Notificações expedidas	269
8	Comunicação de procedimentos	0
9	Despachos	0
10	Pareceres administrativos/cotas	24
11	Processos administrativos	0
12	Manifestação processos (ações em tramitação)	32
13	Recomendações	6
14	Inspeções	18
15	Outros	23
TOTAL		453

Tabela 44 – Quantitativo da atuação do CAO de Defesa da Infância e Juventude, em 2011.

2.4.5.7. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

SEQUÊNCIA	TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
1	Ajuizamento de ação civil pública	1
2	Ajuizamento de ação de obrigação de fazer	2
3	Celebração de compromisso de ajustamento de conduta	0
4	Audiências realizadas, incluindo audiências públicas	7
5	Reuniões com entidades	3
6	Inquérito civis instaurados	1
7	Notificações expedidas	0
8	Comunicação de procedimentos	0
9	Despachos	0



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

10	Pareceres administrativos/cotas	0
11	Processos administrativos	0
12	Manifestação processos (ações em tramitação)	0
13	Recomendações	0
14	Inspeções	0
15	Outros	0
TOTAL		14

Tabela 45 – Quantitativo da atuação do CAO das Promotorias de Justiça Criminais, em 2011.

2.4.6. Atuação do PROCON

A Lei Complementar nº 36, de 09 de janeiro de 2004, transformou o Serviço de Defesa Comunitária/DECOM/MP em Programa de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado do Piauí/PROCON/MP-PI, cuja principal atribuição é coordenar o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.

No ano de 2011, o órgão passou por uma reestruturação para atender, prioritariamente, as demandas coletivas:

TIPO DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE
Ajuizamento de ações civis públicas	134
Instauração de inquéritos civis	3
Emissão de pareceres	442
TOTAL	579

Tabela 46 – Quantitativo de ações civis públicas propostas, inquéritos civis instaurados e pareceres emitidos pelo PROCON, em 2011.

3. REUNIÕES, VISITAS E PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

O Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União realiza encontros bimestrais. Em 2011, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí participou dos seguintes encontros:

DESCRIÇÃO	PERÍODO
Encontro do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais dos Estados e da União, realizado no Rio de Janeiro-RJ	26 e 27.05.2011
Encontro do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais dos Estados e da União, realizado em Maceió-AL	28 e 29.07.2011
Encontro do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais dos Estados e da União, realizado em Macapá-AP	29 e 30.09.2011
Encontro do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais dos Estados e da União, realizado em Belém-PA	24 e 25.11.2011

Tabela 47 – Quantitativo das participações da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí em encontros do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, no ano de 2011.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público também participou dos seguintes eventos:

DESCRIÇÃO	PERÍODO
8ª Sessão Ordinária de 2011 do Conselho Nacional do Ministério Público e Solenidade de posse dos novos conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília-DF	09 a 10.08.2011
Reunião do Planejamento Estratégico Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP, em Fortaleza-CE	26 e 27.05.2011



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

Reunião do Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP	30/11/11
Solenidade de posse do presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais e visita ao Ministério Público do Rio de Janeiro-RJ	13 a 14.10.2011
Participação do XIX Congresso Nacional do Ministério Público, em Belém-PA	22 a 26.11.2011

Tabela 48 – Quantitativo das participações de representantes da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí em reuniões do Conselho Nacional do Ministério Público, no ano de 2011.

4. PARTICIPAÇÕES EM SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA E DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ

4.1. Reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça e deve se reunir, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do Procurador-Geral de Justiça ou mediante proposta de, pelo menos, um quarto de seus membros, conforme disposto no § 1º do art. 16 da Lei Complementar Estadual nº 12/93.

REUNIÕES	QUANTIDADE
Ordinárias	8
Extraordinárias	6
TOTAL	14

Tabela 49 – Participações da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Piauí nas reuniões do Colégio de Procuradores de Justiça, em 2011.

4.2. Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

O Corregedor-Geral do Ministério Público integra o Conselho Superior do Ministério Público como membro nato, segundo o art. 18 da Lei Orgânica do Ministério Público do Piauí.

Em 2011, as reuniões ordinárias aconteceram às quartas-feiras, com a participação da Corregedora-Geral ou da Corregedora-Geral Substituta:

REUNIÕES	QUANTIDADE
Ordinárias	30
Extraordinárias	1
TOTAL	31

Tabela 50 – Participações da Corregedora-Geral do Ministério Público do Piauí nas reuniões do Conselho Superior do Ministério Público, em 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988 conceitua o Ministério Público como uma *instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*. Sem dúvida, a grande contribuição desta



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

Instituição à sociedade brasileira é possibilitar, com sua atuação, melhorias no desenvolvimento social, interferindo no planejamento e execução de políticas públicas.

No Estado do Piauí, cuja população é de 3.118.360 habitantes (IBGE, Censo 2010), os quadros do Ministério Público Estadual totalizavam, em dezembro/2011, 20 Procuradores e 135 Promotores de Justiça. Os dados acima apresentados demonstram o quão louvável foi a atuação destes profissionais, que, sem uma infraestrutura material e sem o apoio de recursos humanos, laboraram de forma abnegada e incansável para o cumprimento de seu mister em 94 Comarcas, com atuação nos 224 Municípios piauienses.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL**

ANEXOS